



## The role of Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs) in sustainable development: case studies

Mariana Rodrigues<sup>a</sup>, Adriana Silva<sup>b</sup>, Dulce Antunes<sup>c</sup>,  
Ana Rodrigues<sup>d</sup>

### ABSTRACT

In the 20th century, the concept of sustainable development emerged, aiming to preserve nature and promote long-term continuous progress, ensuring that present needs are met without compromising the needs of future generations. Small and medium-sized enterprises (SMEs), which represent the majority of the business fabric, not only in Portugal but also in the European Union, play a crucial role in this process. The relationship between SMEs and sustainability is influenced by their economic contribution, proximity to the local community, and ability to drive rapid social changes in favor of sustainability. The aim of this work is to understand how SMEs can contribute to the pursuit of sustainable development. Through five case studies, we have shown how different Portuguese SMEs have approached sustainability in innovative and effective ways. Each case study highlights the strategies used, the challenges faced and the benefits achieved.

**Keywords:** Sustainability; Social responsibility; Challenges; Microenterprises; SMEs.

<sup>a</sup>Polytechnic University of Coimbra, Rua da Misericórdia, Lagar dos Cortiços, S. Martinho do Bispo, 3045-093, Coimbra, Portugal. **E-mail address:** [a2022113507@alumni.iscac.pt](mailto:a2022113507@alumni.iscac.pt)

<sup>b</sup>Polytechnic University of Coimbra, Rua da Misericórdia, Lagar dos Cortiços, S. Martinho do Bispo, 3045-093, Coimbra, Portugal; and CeBER, Faculty of Economics, Coimbra, Portugal; <https://orcid.org/0000-0002-3166-8789>. **E-mail address:** [afsilva@iscac.pt](mailto:afsilva@iscac.pt)

<sup>c</sup>Polytechnic University of Coimbra, Rua da Misericórdia, Lagar dos Cortiços, S. Martinho do Bispo, 3045-093, Coimbra, Portugal. **E-mail address:** [a2019105917@alumni.iscac.pt](mailto:a2019105917@alumni.iscac.pt)

<sup>d</sup>Polytechnic University of Coimbra, Rua da Misericórdia, Lagar dos Cortiços, S. Martinho do Bispo, 3045-093, Coimbra, Portugal. **E-mail address:** [a2019132035@alumni.iscac.pt](mailto:a2019132035@alumni.iscac.pt)

*[This page is intentionally left blank]*

# O papel das pequenas e médias empresas (PME) no desenvolvimento sustentável: estudos de caso

## RESUMO

No século XX, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo preservar a natureza e promover um progresso contínuo a longo prazo, garantindo que as necessidades presentes sejam atendidas sem comprometer as necessidades das gerações futuras. As pequenas e médias empresas (PME), que representam a maioria do tecido empresarial, não só português, mas também da União Europeia, desempenham um papel fundamental nesse processo. A relação das PME com a sustentabilidade é influenciada pela sua contribuição económica, proximidade com a comunidade local e capacidade de impulsionar mudanças sociais rápidas em prol da sustentabilidade. O objetivo deste artigo é perceber como as PME podem contribuir para a prossecução do desenvolvimento sustentável. Através de cinco estudos de caso, mostrámos como diferentes PME portuguesas têm abordado a sustentabilidade de maneiras inovadoras e eficazes. Cada estudo de caso destaca as estratégias utilizadas, os desafios enfrentados e os benefícios alcançados.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade; Responsabilidade social; Desafios; Microentidades; PME.

*[This page is intentionally left blank]*

## 1. Introdução

Em consequência do aumento das preocupações com o impacto ambiental e social do desenvolvimento económico, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque no século XX. Entende-se por desenvolvimento sustentável a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Este conceito procura equilibrar três pilares principais: o crescimento económico, a inclusão social e a proteção ambiental.

Com vista à prossecução de um futuro mais sustentável, as Nações Unidas estabeleceram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, como parte da Agenda 2030. Os ODS definem as prioridades e desejos do desenvolvimento global para 2030, com vista a acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030 (United Nations, 2015). Dos diversos objetivos, destacamos as questões relacionadas com a pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de género, água potável, trabalho digno e crescimento económico.

Embora seja notável um interesse crescente nas questões de sustentabilidade por parte das grandes empresas, também é notório, no contexto das pequenas e médias empresas (PME), o papel desempenhado por elas na procura pelo desenvolvimento sustentável. As PME desempenham um papel essencial na prossecução dos ODS, devido à sua capacidade de influenciar positivamente a economia, a sociedade e o meio ambiente. Não só em Portugal, mas também na União Europeia, as PME representam a maioria do tecido empresarial e são fundamentais para o desenvolvimento local e a inovação (Chege & Wang, 2020). Em Portugal, as PME constituem 99,9% das empresas e são responsáveis por cerca de 79% do emprego e 60% do valor acrescentado bruto (INE, 2021). Embora as grandes empresas frequentemente recebam mais atenção em questões de sustentabilidade, as PME enfrentam desafios únicos. A literatura tem reconhecido que as PME enfrentam algumas barreiras que dificultam a adoção de práticas mais sustentáveis, nomeadamente a falta de recursos, os custos associados a medidas mais sustentáveis ou a falta de conhecimento (Álvarez Jaramillo et al., 2019). A relação das PME com a sustentabilidade é influenciada pela sua contribuição para a economia, proximidade com a população local e, ainda, por garantirem uma mudança acelerada na sociedade, de forma a garantir a sustentabilidade.

Reconhecida a importância das PME, a literatura sobre a contribuição das PME para os ODS é limitada, especialmente no contexto português. Neste sentido, este estudo procura preencher essa lacuna, explorando como as PME podem ser consideradas os atores principais no alcance do desenvolvimento sustentável. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como as PME podem contribuir para a prossecução do desenvolvimento sustentável. Especificamente, o trabalho discute a

importância das PME para o desenvolvimento sustentável, utilizando cinco estudos de caso de PME portuguesas que tiveram sucesso na implementação de práticas sustentáveis. Esses casos ilustram as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os benefícios alcançados, proporcionando *insights* valiosos sobre o papel das PME na sustentabilidade.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: no ponto dois é apresentado um enquadramento legal, regulamentar e normativo; posteriormente é feita uma breve revisão de literatura acerca da importância das PME para a concretização do desenvolvimento sustentável, onde se salientam as motivações para a sua prática; a secção quatro evidencia a metodologia adotada; seguem-se os casos de PME sustentáveis em Portugal; e termina-se com a respetiva conclusão.

## 2. Enquadramento legal, regulamentar e normativo

O contexto legal, regulamentar e normativo relativamente ao desenvolvimento sustentável pode ser agrupado em cinco categorias: os regulamentos europeus, as diretivas da União Europeia, as normas ISO, outras normas, instrumentos ou referenciais nacionais e internacionais e os diplomas nacionais (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2017).

As normas ISO são emitidas pela *International Organization for Standardization*. Apesar de não terem carácter obrigatório, a certificação através destas normas concede às entidades uma vantagem competitiva, promovendo boas práticas e um alinhamento legal e regulamentar. Tem-se, por exemplo, a ISO 26000 (Linhas de orientação da Responsabilidade Social), a ISO 14001 (Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização), a ISO 37001 (Sistemas de Gestão Antissuborno), a ISO 20400 (Compras Sustentáveis – Linhas de orientação), entre outras (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2017).

As outras normas e instrumentos incluem, por exemplo, “a SA 8000 (Sistema de Gestão da Responsabilidade Social), a norma portuguesa NP 4469-1 (Sistema de gestão da responsabilidade social – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização), o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria – EMAS, emitido pela Comissão Europeia, a Declaração de Princípios Tripartida da OIT (Organização Internacional do Trabalho) (...) e a Iniciativa Global sobre a elaboração de relatórios do GRI (Global Reporting Initiative), entre outros” (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2017).

Os diplomas nacionais “estabelecem os limites à atuação das empresas (...) e (...) muitas vezes resultam da transposição de recomendações europeias ou

internacionais”. No contexto nacional, a reforma da fiscalidade verde assume-se como um instrumento estratégico na promoção da economia e do crescimento verde (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2017).

No direito português, o Decreto-Lei n.º 89/2017 resulta da transposição da Diretiva 2014/95 da União Europeia (UE), que requer que as entidades incluam informação ambiental e social nos relatórios de sustentabilidade, abrangendo toda a sua cadeia de valor, nomeadamente, as PME (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2023). Mais recentemente, a Diretiva 2022/2464 da União Europeia, *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), relativamente à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas, coloca os empresários europeus na linha da frente da promoção da sustentabilidade. Esta diretiva entrou em vigor no início de 2023 para empresas com mais de 250 trabalhadores e entrará em vigor no ano de 2026 para as PME. A diretiva CSRD tem um impacto indireto sobre as PME, pois estas atuam como fornecedoras ou parceiras das grandes empresas, que, através da entrada em vigor da legislação, podem passar a exigir relatórios de sustentabilidade mais abrangentes e consistentes aos fornecedores (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2023a).

No seguimento da Recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE, as empresas que constituem o grupo das PME (micro, pequenas e médias empresas) detêm menos de 250 empregados, o seu volume de negócios não ultrapassa os 50 milhões de euros e o seu balanço total não ultrapassa os 43 milhões de euros, e são divididas da seguinte forma:

**Tabela 1.** Limites de classificação de entidades – Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia

	Microempresa	Pequena empresa	Média empresa
<b>N.º de funcionários</b>	< 10	< 50	< 250
<b>Volume de Negócios</b>	= < 2.000.000 €	= < 10.000.000 €	= < 50.000.000 €
<b>Total de Balanço</b>	= < 2.000.000 €	= < 10.000.000 €	= < 43.000.000 €

Importa distinguir os conceitos de micro, pequena e média empresa dos de micro, pequena e média entidade, uma vez que tanto os seus limites como a sua finalidade são diferentes. Anteriormente, foram referidos os limites de micro, pequena e média empresa, que têm como finalidade a divisão económica das sociedades, não tendo qualquer interferência no normativo contabilístico aplicado. No entanto, é através desta classificação que as entidades podem ou não beneficiar de determinadas disposições do Código do IRC, nomeadamente de alguns benefícios fiscais, e influencia também o cálculo das taxas máximas de auxílio. Por outro lado, temos os conceitos de micro, pequena e média entidade, utilizados para efeitos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que tem como finalidade apenas a definição do normativo

contabilístico a utilizar. Os limites para determinação de uma micro, pequena ou média entidade são definidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com alterações sofridas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e são os seguintes:

**Tabela 2.** Classificação de entidades (Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho)

	Micro entidade	Pequena entidade	Média entidade
<b>N.º médio de funcionários</b>	10	50	250
<b>Volume de Negócios</b>	700.000 €	8.000.000 €	40.000.000 €
<b>Total de Balanço</b>	350.000 €	4.000.000 €	20.000.000 €

Segundo dados estatísticos recolhidos da Base de Dados Pordata, no ano de 2021, Portugal detinha 1.359.035 empresas, das quais 1.357.657 (99,9%) eram consideradas PME. É possível ainda verificar que dessas 1.357.657 empresas, 1.305.100, representando 96%, são microempresas, 45.036, representando 3,3%, são pequenas empresas e apenas 7.521, representando 0,6%, são médias empresas.

As PME dividem-se em 13 setores de atividade, sendo o setor com mais expressão o setor não especificado “Outros Setores”, com 455.994 empresas, seguindo-se o setor do “Comércio por grosso e a retalho (...)” com 215.493 empresas.

No ano de 2021, as PME empregavam, no total, 3.362.991 indivíduos, e faturaram 262.709,1 milhões de euros, gerando um Valor Acrescentado Bruto total de 72.961,9 milhões de euros.

Em análise conjunta do número de funcionários, do Volume de Negócios e do Valor Acrescentado Bruto obtido pelas PME de 2017 a 2021, podemos verificar uma tendência crescente nestes indicadores, seguindo também a tendência crescente no número de PME verificado nos últimos anos.

Segundo o observatório das PME Europeias, as PME têm vindo a desenvolver práticas “em torno dos trabalhadores e do ambiente, ligadas à procura de maior eficácia de gestão, e ao nível externo estão voltadas para o apoio às práticas desportivas, dentro da comunidade onde estão inseridas” (Santos et al., 2007).

A responsabilidade social das empresas tem sido cada vez mais reconhecida como uma prática essencial nas grandes empresas; no entanto, no mundo académico, tem surgido também o interesse em compreender o papel e impacto das PME nesse contexto.

Os estudos realizados no âmbito da responsabilidade social das PME pretendem retirar conclusões que permitam averiguar os desafios e oportunidades enfrentados. Neste sentido, o estudo do Observatório das PME Europeias (Comissão Europeia,

2002), que abrange 18 países do Espaço Económico Europeu, concluiu que metade das PME europeias estão inseridas em causas socialmente responsáveis; as ações no âmbito da responsabilidade social das PME europeias são ocasionais e sem ligação à estratégia da empresa; apenas 8% das PME europeias recebem apoio público decorrente da participação em atividades socialmente responsáveis; a maioria das PME centraliza a sua atuação na responsabilidade social a nível local (Correia, 2013).

Um estudo no contexto português designado *Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas*, elaborado por Rego et al. (2003), com base num inquérito a 123 empresas, obteve os seguintes resultados: os gestores entrevistados consideram que a relação das suas entidades com os empregados e clientes é feita com máxima consideração pela higiene e segurança; cerca de 51% dos entrevistados afirma que a sua organização fornece ajuda financeira a outras instituições; aproximadamente 52% das empresas está certificada com pelo menos uma norma de qualidade (Correia, 2013).

O projeto *Ser PME responsável* foi promovido pela iniciativa comunitária EQUAL e pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) entre 2005 e 2007. A investigação, que recorreu a um questionário a 143 PME e a entrevistas aos seus gerentes, obteve como principais conclusões: o conceito de responsabilidade social é entendido de forma imprecisa, vaga e parcial pelos gestores; a responsabilidade social é vista como uma responsabilidade interna, principalmente para com os trabalhadores; no nível externo, a responsabilidade social é vista como uma fonte de reconhecimento e notoriedade (Correia, 2013).

Por último, o estudo *Responsabilidade Social nas PME: Casos em Portugal* foi realizado por Santos et al. 2007, que se baseou em PME de Portugal continental, permitiu averiguar que:

- as principais práticas desenvolvidas pelas empresas inquiridas em relação aos clientes são a adequação do produto/serviço às necessidades dos clientes (75%) e o sistema de tratamento de reclamações (62%);
- as empresas inquiridas referem como principais motivações para a implementação de práticas de responsabilidade social (RS) a satisfação dos trabalhadores (70%) e a fidelização dos consumidores e de clientes (69%);
- as empresas inquiridas referem como principais benefícios da implementação de práticas de RS a reputação junto de clientes/consumidores (78%), a motivação dos trabalhadores (75%) e o aumento da qualidade (73%) (Correia, 2013).

### 3. Importância das PME no desenvolvimento sustentável

As PME cada vez mais adotam estratégias não mercantis para alcançar eficácia nos seus negócios (Rodgers et al., 2022). Os gestores destas entidades têm vindo

a priorizar as questões ambientais, especialmente a gestão das emissões de CO<sub>2</sub> (Morsing & Perrini, 2009). Para este tipo de entidades obterem crescimento, lucro e conseguirem sobreviver no mercado devem reconhecer a importância crescente de incorporar práticas de sustentabilidade na sua estratégia (Duygulu et al., 2016; Jenkins, 2006; Nicoara & Kadile, 2023).

O tema do desenvolvimento sustentável tem gerado cada vez mais preocupação junto das PME; é inegável que estas entidades são responsáveis por um papel essencial junto da sociedade, ao promoverem o bem-estar social e ambiental (Gomes et al., 2021). As PME desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável devido a fatores como a:

- criação de emprego e desenvolvimento local; neste sentido, as PME, ao adotarem práticas sustentáveis, podem criar emprego na área das tecnologias verdes e dos setores sustentáveis, estimulando o crescimento económico inclusivo;
- inovação e eficiência, pois as PME, ao serem mais propensas à inovação, conseguem melhorar a sua eficiência energética, reduzir o consumo de recursos naturais e minimizar a emissão de gases com efeito de estufa (Carrillo-Hermosilla et al., 2010);
- responsabilidade social, dado que as PME têm a capacidade para obter uma ligação mais próxima com a comunidade local e, desta forma, responder às suas necessidades (Lepoutre et al., 2013);
- criação de cadeias de valor de igual forma sustentável, já que as PME, ao adotarem práticas sustentáveis, influenciam e exercem pressão de forma positiva nos seus fornecedores e parceiros (Moore & Manring, 2009).

Neste sentido, atualmente, uma abordagem estratégica ao desenvolvimento sustentável traz cada vez mais benefícios às entidades em termos de gestão de risco, redução de custos, facilidades de acesso a capital, melhoria nas relações com clientes, gestão de recursos humanos e capacidade de inovação (Comissão Europeia, 2011).

Ao longo dos anos, estas empresas têm vindo a priorizar a articulação entre o desempenho económico, social e ambiental para se manterem competitivas no mercado (Malesios et al., 2021). Para além de reduzirem o impacto negativo junto do ambiente e da sociedade, as organizações acabam por influenciar a sua cadeia de fornecedores e inspiram outras entidades a seguir o mesmo rumo. Para justificar a relevância das práticas de sustentabilidade ambiental, Masocha (2018) realizou um questionário, que foi respondido por 208 proprietários e gestores de PME, e concluiu que a sustentabilidade ambiental estava significativa e positivamente correlacionada com todas as medidas de desempenho das entidades. Segundo Agan et al. (2013), as PME com certificação ISO 14001 podem ter um melhor desempenho nos processos ambientais. A pressão externa (por parte de clientes, bancos e outros stakeholders) incentiva as PME à divulgação e promoção da sustentabilidade e do

impacto ambiental (Vives, 2014). Muitas vezes, devido à sua dimensão e posição no mercado, as PME procuram reforçar a sua legitimidade (Russo & Perrini, 2010) por via das estratégias ambientais.

Alguns estudos apontam a vantagem competitiva, a reputação e a legitimidade como alguns dos benefícios da implementação de relatórios de sustentabilidade nas PME (Castilla-Polo & Guerrero-Baena, 2023). Numa amostra de 500 pequenas e médias empresas na Turquia, as expectativas de desempenho, como a imagem, reputação e marca, foram identificadas como as potenciais vantagens esperadas por este tipo de entidades aquando da adoção de práticas sustentáveis (Agan et al., 2013). A *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA, 2021) descobriu que a adoção de práticas de sustentabilidade nas PME pode reduzir custos e gerar oportunidades de crescimento e rentabilidade.

Em contraste, Afolabi et al. (2023) observaram que as PME apresentam um pensamento cético em relação às medidas criadas pelas entidades governamentais em matéria ambiental. Na Venezuela, os resultados do estudo de Fernández-Viñé et al. (2010) dizem que nas PME a adoção de práticas sustentáveis não é percebida como um incentivo para melhorar a competitividade. Além disso, outras pesquisas têm concluído que os proprietários das PME estão voltados para o negócio e não para o ambiente (Collins et al., 2007) e que o ambiente é uma questão menos prioritária nestas entidades (Lepoutre & Heene, 2006). Um estudo de caso de seis PME na Dinamarca revelou que a maioria das PME olha para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma menos proativa e ambiciosa, deixando uma lacuna entre o seu papel e as práticas implementadas (Nygaard et al., 2022).

As PME enfrentam alguns obstáculos na promoção da sustentabilidade (Parsa & Kouhy, 2008) comparativamente às grandes organizações (Arend, 2014). Fatores como a falta de conhecimento (Musa & Chinniah, 2016), a complexidade da cadeia de abastecimento (Afaboli et al., 2023) e a falta de pressão das Organizações Não Governamentais (Kechiche & Soparnot, 2012) impedem que as PME priorizem as ações sustentáveis. Ademais, vários estudos afirmam que a falta de capital é a principal barreira (Knight et al., 2019). Por exemplo, o estudo de Fleiter et al. (2012) para as PME da Alemanha cita que a falta de capital era a única barreira estatisticamente significativa. Apesar dos vários desafios e entraves na adoção de práticas de desenvolvimento sustentável que as PME enfrentam, várias pesquisas evidenciam que estas entidades estão cada vez mais conscientes dos benefícios da gestão eficiente dos recursos (Rizos et al., 2016).

Segundo Santos et al. (2007), as pequenas e médias empresas são “uma componente central da economia portuguesa e constituem a maior *driving force* do crescimento europeu”. Devido à sua predominância no tecido empresarial em todo o espaço

européu e, em particular, em Portugal, as PME desempenham um papel crucial na gestão dos limitados recursos sociais e ambientais globais (Chege & Wang, 2020), promovendo, assim, a construção de um crescimento mais inclusivo e sustentável.

As estatísticas da OCDE revelam que a maioria das PME pertencem à indústria extrativa e representam cerca de 58% do emprego e 42% do valor agregado (European Commission, 2017). Apesar de ser difícil precisar o impacto ambiental causado pelas PME, a percentagem apontada em vários relatórios ronda os 60% a 70% dos níveis totais de poluição (Hillary, 2004).

O desenvolvimento de práticas sustentáveis é influenciado por características particulares das entidades, tais como a idade, a dimensão, o setor de atividade, as características do proprietário e a estratégia da empresa (Santos et al., 2007). Mais concretamente, a dimensão da organização influencia o desenvolvimento sustentável, dado que as PME apresentam características específicas que as diferenciam das grandes empresas (Martins et al., 2022). Quanto maior for a empresa, maior será o seu envolvimento em atividades, por exemplo, de responsabilidade social, pois a dimensão da entidade traz mais consciência das oportunidades de negócio que podem surgir. Para além disso, as PME estão dependentes das decisões individuais dos gestores e essas decisões concentradas apenas numa personalidade podem acarretar abordagens de sustentabilidade diferentes em relação a grandes empresas (Preuss & Perschke, 2010).

Tal como foi mencionado anteriormente, o tamanho da organização influencia as práticas de desenvolvimento sustentável adotadas. Se, por um lado, o impacto combinado por unidade de produção é mais elevado nas PME do que nas grandes empresas, por outro lado, a gravidade potencial de impactos sociais e ambientais recai sobre as empresas de maior dimensão. Não obstante, as pequenas e médias empresas são frequentemente mais eficientes e inovadoras em relação a grandes empresas, o que lhes confere maior facilidade em adotar práticas mais sustentáveis (Correia, 2013). Contudo, Jenkins (2004) defende que, independentemente da dimensão da entidade, o esforço na implementação de um mundo mais sustentável é da responsabilidade de todas as organizações.

A classificação das PME com base no nível de desenvolvimento sustentável permite avaliar o desempenho das entidades na temática da sustentabilidade, utilizando um vasto leque de critérios e indicadores. Uma abordagem comum para classificar as PME é a utilização de sistemas de certificação ou selos de sustentabilidade; por exemplo, a certificação ISO 14001 (sistema de gestão ambiental), SA8000 (responsabilidade social) e a B Corporation (impacto social e ambiental positivo) (Westley & Vredenburg, 1991). Para além disto, podem ser utilizados indicadores específicos, tais como o Índice de Sustentabilidade Empresarial. Molteni e Todisco

(2007) propuseram uma matriz de classificação das PME relativamente à sua orientação para a sustentabilidade. Desta matriz, surgem quatro quadrantes em que as entidades se podem inserir: Responsabilidade Social Corporativa (RSC) Ocasional ou Inexistente; *Compliance*; Cultura corporativa; e Vantagem Competitiva (Molteni & Todisco, 2007).

A realidade mostra que as PME portuguesas desenvolvem diversas práticas no âmbito do desenvolvimento sustentável (Dahlsrud, 2008), destacando-se as práticas relacionadas com os clientes, saúde, higiene e segurança no trabalho. No tecido empresarial predominante em Portugal são encontradas algumas dificuldades na implementação de práticas sustentáveis. Para além disso, Dias (2020) verificou que o impacto das medidas adotadas na performance das PME não é imediato.

#### *Motivações para a prática do desenvolvimento sustentável*

São diversas as motivações e critérios que levam as PME a investir no desenvolvimento sustentável. Esses critérios e motivações podem estar relacionados com a responsabilidade social, procura de vantagem competitiva, pressão dos *stakeholders* e regulamentações.

Muitas PME, orientadas pelos seus valores éticos, são motivadas pela responsabilidade social e pela vontade em proteger o ambiente e o bem-estar da sociedade (Schaltegger & Wagner, 2011). Apostar no desenvolvimento sustentável pode trazer vantagens competitivas para as empresas, a adoção de práticas sustentáveis pode levar à redução custos operacionais, alcance de novos mercados, melhoria da imagem da empresa e à preferência dos consumidores por produtos e serviços sustentáveis (Cohen & Winn, 2007). As PME podem também ser influenciadas pela pressão dos *stakeholders* que se encontram cada vez mais exigentes com as questões ambientais e sociais (Hahn & Lülf, 2014). Por fim, os regulamentos e as normas do setor podem impor requisitos específicos que incentivam as PME a adotar práticas e tecnologias sustentáveis (Tang & Tang, 2012). Assim sendo, nos dias de hoje, evidencia-se cada vez mais que as razões de legitimidade e altruísmo ganham foco, em detrimento dos motivos económico-financeiros (Garay & Font, 2012).

Reconhecem-se benefícios na adoção de práticas de desenvolvimento sustentável. De acordo com Santos et al. (2007), os benefícios são divididos em duas grandes categorias: primeiramente, os benefícios internos, que se subdividem em benefícios de dimensão organizacional, dimensão financeira e dimensão relativa aos colaboradores; e os benefícios externos, que incluem os benefícios ambientais, comerciais e de comunicação. Dentro das vantagens externas, os benefícios comerciais dizem respeito à conquista de novos clientes e de novas oportunidades de expansão e de criação de vantagens competitivas. Os benefícios ambientais relacionam-se

com a gestão mais eficiente dos recursos e os de comunicação manifestam-se na melhoria das relações com os *stakeholders*. “Os benefícios internos, na dimensão organizacional, apoiam-se sobretudo no aumento de informação sobre a comunidade e o ambiente, melhoria no conhecimento de questões legais e no seu cumprimento, a dimensão financeira foca-se no controlo de riscos (...) e a dimensão sobre o capital humano é constatada através das empresas como um dos principais benefícios das práticas” de desenvolvimento sustentável (Lopes, 2021).

Embora sejam identificados claros benefícios na adoção de práticas sustentáveis, a realidade mostra também que as PME enfrentam diversas barreiras e desafios. Estas barreiras podem ser, por exemplo, a cultura da entidade, escassos recursos económicos, falta de apoio, carga administrativa, falta de *know-how*, complexas regulamentações e insuficiente capacidade interna (Rizos et al., 2016).

As dificuldades relacionadas com a cultura referem-se à filosofia, hábitos e atitudes da entidade em relação à adoção de práticas sustentáveis. Por vezes, a resistência à mudança torna-se um obstáculo significativo para estas empresas (Kok et al., 2013). A limitação dos recursos financeiros é um desafio significativo para as PME, pois investir em tecnologias sustentáveis, formação dos funcionários e obtenção de certificações ambientais pode representar um elevado custo financeiro (Revell et al., 2010). A ausência de apoio e a carência de um quadro legislativo e regulamentar sólido, coerente e que englobe as PME, impede muitas vezes que estas coloquem em cima da mesa a adoção de práticas sustentáveis (Rizos et al., 2016). Além disso, a elevada burocracia subjacente aos relatórios e a monitorização podem tornar-se complexas e inacessíveis às entidades de menor dimensão (Rizos et al., 2016). As PME podem ainda enfrentar dificuldades no cumprimento das regulamentações ambientais, que muitas vezes são complexas e exigem conhecimento especializado (Tang & Tang, 2012). A falta de capacidade interna e a necessidade de foco noutras prioridades podem ser também um obstáculo para a adoção de práticas sustentáveis (Belz & Binder, 2017). Por fim, considera-se que existe uma falta de conhecimento e consciencialização das melhores práticas ambientais e sociais (Belz & Binder, 2017).

Para além das barreiras acima mencionadas, Santos et al. (2007) mencionam ainda que existe um exíguo relacionamento entre as práticas desenvolvidas e a estratégia das entidades, que as entidades têm dificuldade em mensurar o impacto das práticas de responsabilidade social e que “o facto de os fornecedores não se basearem na aquisição dos seus produtos e serviços em critérios de responsabilidade social desincentiva o envolvimento das PME” (Gujamo, 2015).

As pequenas e médias empresas têm ao seu dispor um leque de instrumentos políticos que as auxiliam no desenvolvimento sustentável. Os instrumentos políticos

são implementados pelos governos e outras entidades com a finalidade de incentivar e apoiar estas empresas na adoção de práticas sustentáveis.

Segundo os estudos de Delmas e Burbano (2011), Lozano e Huisingh (2011) e González-Benito e González-Benito (2006), os instrumentos mais comuns são:

- incentivos financeiros, na forma de subsídios, redução das taxas de juro e linhas de financiamento para as empresas que pretendem investir em ações e projetos de desenvolvimento sustentável;
- apoio técnico oferecido para ajudar as PME na compreensão e implementação de práticas sustentáveis, através de formações, *workshops* e consultorias, por exemplo;
- normas e certificações sustentáveis específicas, que são desenvolvidas com critérios objetivos e fornecem um selo de aprovação, aumentando a credibilidade das PME;
- parcerias público-privadas que oferecem acesso a recursos, conhecimentos e financiamentos adicionais que são cruciais para as PME;
- incentivos fiscais, tais como a redução de impostos ou isenções fiscais, para encorajar as PME a adotarem práticas sustentáveis.

Existe uma larga panóplia de apoios, nomeadamente os apoios do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, que incluem programas como o *Single Market Programme*, *Horizonte 2020*, *Access to Finance*, *Fast Track to Innovation* e *Ser PME responsável*, que apoiam e estimulam as práticas de responsabilidade social (Lopes, 2021).

Em Portugal, existem várias iniciativas de certificação através de selos e prémios no âmbito da sustentabilidade económica e social. Por exemplo, o Selo PME Sustentabilidade, do projeto *Sustainable Act*, que reconhece o mérito das PME nacionais que assumem um compromisso com o desenvolvimento sustentável. Outros exemplos são o Prémio Nacional de Sustentabilidade do *Jornal de Negócios* e o prémio europeu de sustentabilidade para Pequenas e Médias Empresas (SME EnterPRIZE), promovido pelo Grupo Generali.

#### 4. Metodologia

Tendo em conta que o objetivo primordial do presente artigo é perceber como as PME podem contribuir para a prossecução do desenvolvimento sustentável, a metodologia que se considera ser a mais adequada é a abordagem qualitativa, utilizando os estudos de caso.

Um estudo de caso, conforme foi desenvolvido por Robert Yin (2001), é ideal para compreender temas complexos e pode ser definido como uma investigação que pretende caracterizar e esclarecer um fenómeno real cujos limites e contexto não se encontram delimitados. Para além disso, o autor realça que esta é a metodologia mais indicada quando o objetivo é responder a questões do tipo “como?” e “porquê?”.

Para elaborar uma pesquisa científica recorrendo a estudos de caso é necessário delimitar um projeto de pesquisa criterioso, formular questões concisas e estabelecer estratégias adequadas de análise dos dados recolhidos.

Foram selecionadas cinco PME portuguesas que foram reconhecidas por práticas sustentáveis. Esta escolha foi baseada em empresas que ganharam prémios e reconhecimento de associações de prestígio, como a Associação Portuguesa de Ética Empresarial e a Companhia de Seguros Tranquilidade.

Os dados foram recolhidos através de análise documental, analisando-se relatórios de sustentabilidade, páginas *web* das empresas e comunicados de imprensa. O método ajudou a recolher detalhes completos das iniciativas de sustentabilidade das empresas, razões, desafios e as implicações das suas práticas. Posteriormente, os dados foram analisados com vista a identificar e caracterizar as práticas sustentáveis, motivações, desafios e impactos.

## 5. Estudos de caso: exemplos de PME sustentáveis em Portugal

Ao pesquisar sobre a sustentabilidade, quando analisamos individualmente as PME, podemos pensar que o seu impacto no desenvolvimento sustentável é reduzido devido ao seu tamanho. No entanto, é crucial ressaltar que, cumulativamente, o impacto das suas práticas ambientais, sociais e económicas é muito significativo.

Para exemplificar a contribuição das PME no sucesso do desenvolvimento sustentável, escolhemos cinco empresas, caracterizadas como PME, que receberam reconhecimento pelas suas práticas, sendo premiadas pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, na área da sustentabilidade.

### 5.1 Biovilla – Projeto Natureza em Regeneração

A Biovilla é uma cooperativa dedicada ao turismo e desenvolvimento sustentável, uma vez que acredita que o futuro da sociedade poderá passar por uma abordagem de vida alternativa. O seu objetivo prende-se em utilizar o património natural e cultural da Serra da Arrábida, local onde está sediada, de forma responsável e sustentável, promovendo a adoção de práticas agradáveis por parte da comunidade e sem comprometer as necessidades do futuro (Biovilla, 2023).

Os edifícios da Biovilla são construídos com madeira reciclada. Para o desenvolvimento da sua atividade, os criadores da cooperativa decidiram investir em painéis solares e num sistema de reaproveitamento das águas pluviais para uso doméstico e irrigação da horta, de onde provêm todos os alimentos utilizados. Desta forma, a empresa pretende atingir a meta do desperdício zero.

Para o futuro, a Biovilla tem como objetivo manter-se como empreendimento sustentável, mas também trabalhar na preservação de áreas já degradadas. Para que seja um objetivo concretizado, a empresa possui o programa “Ver”, desenvolvido para dar resposta a dois problemas bastante comuns, desemprego e perda da biodiversidade, criando oportunidades de emprego e aumentando os seus rendimentos através de negócios regenerativos da natureza.

O prémio de “Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade”, que é promovido pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) desde 2015, visa a distinção da “implementação de políticas e modelos de boa governação em organizações dos setores público e privado, com e sem fins lucrativos, que criam valor para as suas partes interessadas e contribuem ativamente para o desenvolvimento sustentável” (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2023a). Este prémio divide-se em dois eixos distintos. No primeiro eixo, são reconhecidas as práticas de responsabilidade social, subdividindo-se em dez categorias, nomeadamente: Governação Organizacional; Direitos Humanos; Trabalho Digno e Conciliação; Ambiente – Redução de impactos; Ambiente, Água e Energia; Mercado; Comunidade; Voluntariado; Partes interessadas; e Comunicação. No segundo eixo, reconhece-se os objetivos de desenvolvimento sustentável através do compromisso da organização com a Agenda 2030 da ONU e a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas suas atividades, considerando as medidas aplicadas e os resultados obtidos (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2023a).

Nos anos de 2018 e 2019, aquando da 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> edição deste prémio, a Biovilla recebeu o prémio na categoria de “ODS 12 – Produção e consumos sustentáveis”, presente no segundo eixo, com a prática “Biovilla – Sustentabilidade à mão de semear”. Já no ano de 2020, na 6.<sup>a</sup> edição do prémio em questão, e com a prática “Biovilla – Sustentabilidade à mão de semear”, na categoria “ODS 12 – Produção e consumos sustentáveis”, a empresa recebe ainda uma menção honrosa (Associação Portuguesa de Ética Empresarial, 2023b, 2023c e 2023d).

Em 2018, a Biovilla foi também contemplada com o selo de certificação de produção biológica, atribuído pela Certiplanet, organismo constituído em 2003 e reconhecido pelas autoridades de controlo de Portugal continental e ilhas enquanto organismo de certificação para o modo de produção biológico (Biovilla, 2023).

Também o Município de Palmela tem condecorado a Biovilla pelas suas práticas sustentáveis, nomeadamente, em 2017, com a Medalha Municipal de Mérito em Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (Município de Palmela, 2023a) e, em 2021, com o Selo Verde, através da entrega do Galardão e Diploma Eco Empresas (Município de Palmela, 2023b).

A nível europeu, a Biovilla recebeu, para o biénio de 2020-2021, o reconhecimento como Rising Star na categoria de Negócios e Biodiversidade dos European Business Awards for the Environment (EBAE), uma iniciativa da Comissão Europeia no novo Green Deal que pretende reconhecer e promover organizações que contribuem de forma relevante para o Desenvolvimento Sustentável (Agência Portuguesa do Ambiente, 2023).

### **5.2 Belcinto – Projeto Leather Goods by Belcinto**

A empresa Belcinto, situada em São João da Madeira, dedica-se à produção de artigos de marroquinaria (Belcinto, 2023). A sua participação e consequente vitória, em setembro de 2022, do Prémio Europeu de Sustentabilidade para PME (1.ª edição), lançado pela Tranquilidade Seguros e promovido pelo Grupo Generali, foi conseguida com o projeto Leather Goods by Belcinto (Tranquilidade, 2023). Este projeto foi desenvolvido com o objetivo de criar as peças de couro, utilizando apenas materiais excedentes de outras coleções já produzidas, de forma a reaproveitá-los e sem deixar novas sobras no processo de produção. Para continuar a obter bons resultados de sustentabilidade, a Belcinto pretende continuar a modernizar as suas máquinas, com vista a alcançar a inovação dos seus processos produtivos, bem como atingir uma produção mais sustentável em termos energéticos no mercado da moda.

### **5.3. Vitas Portugal**

A Vitas, entidade que pertence ao grupo Roullier, dedica-se ao fabrico e comercialização de nutrição vegetal (fertilizantes), animal e humana (vinho). Ao mesmo tempo, a Vitas detém a marca Timac Agro, que desenvolve, há mais de 60 anos, produtos agronómicos e zootécnicos com o objetivo de alcançar uma agricultura mais produtiva e eficiente (Vitas Portugal, 2023).

A edição de 2022/2023 do Prémio Nacional de Sustentabilidade 2030, promovida pela Cofina Media, S.A., ressaltou, em diversas vertentes, empresas que se destacam no ramo da sustentabilidade (*Jornal de Negócios*, 2023a). No quesito “Igualdade, Diversidade e Equidade”, a Vitas Portugal ganha força e destaca o seu potencial através da iniciativa “Capacitação em Nutrição Vegetal by Timac Agro” (*Jornal de Negócios*, 2023b).

Com o propósito de encontrar soluções mais sustentáveis no desenvolvimento do seu *core business*, a entidade decidiu proporcionar, em 2022, formação superior a

todos os seus colaboradores de forma gratuita. O investimento no conhecimento é destinado a todos os colaboradores, independentemente da idade, género e localização, permitindo construir uma equipa técnica especializada. Segundo o *Jornal de Negócios*, este projeto tem impacto nos ODS “Erradicar a fome”, “Saúde de qualidade”, “Educação de qualidade”, “Igualdade de género”, “Trabalho digno e crescimento económico”, “Reduzir as desigualdades”, “Cidades e comunidades sustentáveis”, “Produção e consumo sustentáveis” e “Ação climática” (*Jornal de Negócios*, 2023a).

#### **5.4. Dourogás Renovável – Produtora de Gás, S.A.**

A Dourogás Renovável – Produtora de Gás, S.A. é uma empresa do grupo Dourogás, constituída em 2012 e comprometida com a inovação para o desenvolvimento de soluções de energia sustentável partindo de combustíveis renováveis. Ao longo dos anos, tem apostado em projetos de investigação no âmbito do biogás e do biometano (Dourogás, 2023b).

Em 2017, desenvolveu o projeto de inovação Biogasmove, em Mirandela, que consiste na criação de uma unidade de produção de biometano através da “purificação do biogás produzido a partir de resíduos sólidos urbanos” (Dourogás, 2023a).

Em 2019, desenvolveu em conjunto com a Águas do Tejo e Atlântico um projeto que permitia produzir biometano a partir das lamas da Estação de Tratamento da Águas Residuais e com recurso a hidrogénio proveniente da eletrólise da água proveniente de energia solar.

Em 2021, nasceu a parceria com a Lightsource bp, com vista ao desenvolvimento de diversos projetos para a produção de hidrogénio verde, para que este possa ser injetado na rede de gás portuguesa.

A Dourogás Renovável trabalha diariamente em prol do objetivo proposto para o ano de 2030, que é “ser o maior produtor de combustíveis renováveis em Portugal” (Dourogás, 2023b).

Com o projeto Hidrogasmove & Solargasmove, a Dourogás Renovável venceu, em 2022, a categoria de “Energias Verdes” dos Prémios Verdes Visão + Grupo Águas de Portugal. Este prémio tem como objetivo a distinção de cidadãos, empresas e organizações que mais se destacam em Portugal na área do ambiente e da sustentabilidade (Prémios Verdes, 2023).

Já em 2023, a Dourogás voltou a ser premiada com o Prémio Nacional de Sustentabilidade, na categoria “Descarbonização para Micro, Pequenas e Médias Organizações”, com os projetos Biogasmove e Hidrogasmove & Solargasmove (*Jornal de Negócios*, 2023b).

### 5.5. GoParity - Power Parity S.A.

A GoParity é uma organização fundada apenas em 2017, mas que tem vindo a alcançar uma grande reputação internacional na área das finanças sustentáveis. Tem como missão o “financiamento alternativo a empresas com impacto positivo nas pessoas e no planeta” (GoParity, 2023). Em apenas três anos de existência, diga-se em 2020, a GoParity conseguiu financiar projetos em nove países diferentes, atingindo a marca de 10 000 pessoas inscritas na plataforma de financiamento. Em julho de 2023, a GoParity contava já com uma comunidade de 40 000 investidores e com presença em 25 países.

Das várias parcerias que a GoParity mantém, destaca-se a parceria com a Climate KIC, que se define por ser uma comunidade de inovação apoiada pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia em prol de uma economia de carbono zero, e que tem como missão “ajudar a construir uma sociedade próspera, inclusiva e resiliente ao clima, baseada numa economia circular e de carbono zero” (GoParity, 2023).

Em 2018, a entidade foi contemplada com o segundo lugar no programa para a Inclusão Financeira na área dos investimentos com impacto social e ambiental, atribuído pela Fundação MetLife. Na edição 2022/2023 do Prémio Nacional de Sustentabilidade 2030, a GoParity venceu o primeiro lugar na categoria de Finanças Sustentáveis para PME (*Jornal de Negócios*, 2023b).

No panorama internacional, a GoParity viu os seus projetos reconhecidos através da Sustainable Fast Track UK, organização que visa a identificação dos melhores negócios de produtos ou serviços sustentáveis. A GoParity, em 2019/2020, de entre 280 empresas candidatas, de 30 países diferentes, mais 100 empresas pré-selecionadas e convidadas para a entrega dos prémios, venceu na categoria de Serviços Financeiros.

## 6. Conclusão

Com a realização deste artigo, é fácil perceber que o papel desempenhado pelas pequenas e médias empresas é fundamental e insubstituível na construção de um futuro mais sustentável para a nossa sociedade, pelo que decidimos explorar as diversas razões pelas quais as PME são essenciais neste contexto.

Em primeiro lugar, as PME são conhecidas pela sua capacidade de inovação e adaptabilidade. Estas características permitem que elas respondam rapidamente aos desafios ambientais, adotando práticas mais atraentes e desenvolvendo soluções inovadoras que minimizam os efeitos negativos para o meio ambiente.

Além disso, as PME têm um impacto significativo na criação de novos postos de emprego e na promoção do desenvolvimento económico. Estas empresas são o ponto forte das economias locais e regionais, fornecendo oportunidades de trabalho para comunidades inteiras. Ao adotarem novas práticas, estas empresas estão a contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como ajudam no desenvolvimento de empregos verdes que estimulam uma economia mais sustentável.

Outro ponto importante é a capacidade das PME de promover a diversidade e a inclusão. Estas empresas tendem a ser mais acessíveis a grupos marginalizados, oferecendo oportunidades de emprego e empreendedorismo para pessoas que enfrentam barreiras em empresas de grande porte. Ao promoverem a diversidade e a igualdade de oportunidades, as PME contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável.

Os estudos de caso selecionados ilustram como diferentes PME em Portugal têm abordado a sustentabilidade de maneiras inovadoras e eficazes. Cada estudo de caso destaca as estratégias utilizadas, os desafios enfrentados e os benefícios alcançados. Os resultados sugerem que, apesar das limitações, as PME podem desempenhar um papel significativo na promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo para os ODS de várias maneiras. As PME são agentes poderosos de mudança, rumo ao desenvolvimento sustentável. A sua capacidade de inovação, criação de emprego e promoção da inclusão são pontos-chave para construir uma sociedade mais equilibrada e ecologicamente consciente. Portanto, é fundamental apoiar e fortalecer as PME, fornecendo-lhes recursos, conhecimento e políticas apropriadas para que elas continuem a desempenhar um papel central na construção de um futuro sustentável para todos.

Em tom de conclusão, é crucial destacar que o desenvolvimento sustentável requer a participação e envolvimento de todos os interessados da sociedade. As PME desempenham um papel fundamental ao inspirar e aconselhar outros setores de atividade a adotarem práticas mais sustentáveis, de forma que essas empresas sigam o mesmo caminho e consigam uma transformação mais ampla e abrangente.

O presente trabalho apresenta apenas breves referências à importância do papel das PME na conquista do desenvolvimento sustentável, necessitando de pesquisas adicionais. Adicionalmente, em investigação futura perspetiva-se analisar se as PME mais sustentáveis são as que apresentam melhores resultados.

## Referências

- ACCA. (2021). *How SMEs can create a more sustainable world The Business Data Insights Playbook*. Disponível em [www.charteredaccountantsanz.com](http://www.charteredaccountantsanz.com).
- Afolabi, H., Ram, R., Hussainey, K., Nandy, M., & Lodh, S. (2023). Exploration of small and medium entities' actions on sustainability practices and their implications for a greener economy. *Journal of Applied Accounting Research*, 24(4), 655-681. <https://doi.org/10.1108/JAAR-09-2022-0252>
- Agan, Y., Acar, M. F., & Borodin, A. (2013). Drivers of environmental processes and their impact on performance: A study of Turkish SMEs. *Journal of Cleaner Production*, 51, 23-33. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.043>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2023). *Prémios*. Acedido em 18 de novembro de 2023, a partir de <https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/premios>
- Arend, R. J. (2014). Social and Environmental Performance at SMEs: Considering Motivations, Capabilities, and Instrumentalism. *Journal of Business Ethics*, 125(4), 541-561. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1934-5>
- Álvarez Jaramillo, J., Zарtha Sossa, J. W., & Orozco Mendoza, G. L. (2019). Barriers to sustainability for small and medium enterprises in the framework of sustainable development—Literature review. *Business Strategy and the Environment*, 28(4), 512-524. <https://doi.org/10.1002/bse.2261>
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2017). *Sustentabilidade e fatores críticos de competitividade para as PME*. Acedido a partir de <https://pmesustentavel.apee.pt/media/m3rayhdu/estudo-pmes-partei.pdf>
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2023). *Conhecer os critérios ESG*. Acedido em 16 de novembro de 2023, a partir de <https://pmesustentavel.apee.pt/recursos/os-criterios-esg/>.
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2023a). *Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Reconhecimento de boas práticas*. Acedido em 18 de novembro de 2023, a partir de <https://apee.pt/rprss>.
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2023b). *4.ª Edição | 2018*. Acedido em 18 de novembro de 2023, a partir de <https://apee.pt/2022/12/19/4-edicao-rprss-2018/>.

- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2023c). *5.ª Edição | 2019*. Acedido em 18 de novembro de 2023, a partir de <https://apee.pt/2022/12/19/5-a-edicao-rprss-2019/>.
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2023d). *6.ª Edição | 2020*. Acedido em 18 de novembro de 2023, a partir de <https://apee.pt/2022/12/19/6-a-edicao-2020/>.
- Belcinto. (2023). Sobre nós. Acedido em 16 de novembro de 2023, a partir de <https://belcinto.com/leathergoods/>.
- Belz, F. M., & Binder, J. K. (2017). Sustainable Entrepreneurship: A Convergent Process Model. *Business Strategy and the Environment*, 26(1), 1–17. <https://doi.org/10.1002/bse.1887>
- Biovilla. (2023). *O nosso manifesto*. Acedido em 16 de novembro de 2023, a partir de <https://biovilla.org/biovilla/>.
- Carrillo-Hermosilla, J., Del Río, P., & Könnölä, T. (2010). Diversity of eco-innovations: Reflections from selected case studies. *Journal of Cleaner Production*, 18(10–11), 1073–1083. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.02.014>
- Castilla-Polo, F., & Guerrero-Baena, M. D. (2023). The business case for sustainability reporting in SMEs: consultants' and academics' perceptions. *Sustainable Development*, 31(5), 3224–3238. <https://doi.org/10.1002/sd.2576>
- Collins, E., Lawrence, S., Pavlovich, K., & Ryan, C. (2007). Business networks and the uptake of sustainability practices: the case of New Zealand. *Journal of Cleaner Production*, 15(8–9), 729–740. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2006.06.020>
- Certiplanet. (2023). *Certificação Biológica*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de [https://www.certiplanet.pt/?fbclid=IwAR0Xzd9fl1u-HRmjPFzr7vRIIdj5CbH\\_xHM40COZiQDDtvMYyPfST9MhJbnw#inicio](https://www.certiplanet.pt/?fbclid=IwAR0Xzd9fl1u-HRmjPFzr7vRIIdj5CbH_xHM40COZiQDDtvMYyPfST9MhJbnw#inicio)
- Chege, S. M., & Wang, D. (2020). The influence of technology innovation on SME performance through environmental sustainability practices in Kenya. *Technology in Society*, 60. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2019.101210>
- Cohen, B., & Winn, M. I. (2007). Market imperfections, opportunity and sustainable entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, 22(1), 29–49. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2004.12.001>

- Comissão Europeia. (2002). As PME em Foco. Resultados dos relatórios publicados no âmbito da rede do Observatório das PME Europeias 2002. *EIM Business & Policy Research*.
- Recomendação da Comissão relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas - 2003/361/CE, *Jornal da União Europeia* (2003).
- Correia, A. S. (2013). *A responsabilidade social e as PME: as práticas de RSE das microempresas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3492/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Sofia%20Correia.pdf>.
- Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1–13. <https://doi.org/10.1002/csr.132>
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, *Diário da República* n.º 133/2009 (2009).
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, *Diário da República* n.º 106/2015 (2015).
- Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, *Diário da República* n.º 145/2017 (2017).
- Delmas, M. A., & Burbano, V. C. (2011). The drivers of greenwashing. *California Management Review*, 54(1), 64-87. <https://doi.org/10.1525/cmr.2011.54.1.64>
- Dias, M. S. (2020). *A relevância da Sustentabilidade na Indústria do Vestuário. O caso das PME portuguesas com presença no Reino Unido*. Dissertação de mestrado em Gestão. Universidade Católica Portuguesa.
- Dourogás renovável. (2023a). *Projetos*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de <https://dourogasrenovavel.pt/projetos/>
- Dourogás renovável. (2023b). *Sobre nós*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de <https://dourogasrenovavel.pt/sobre-nos/>
- Duygulu, E., Ozeren, E., Işildar, P., & Appolloni, A. (2016). The sustainable strategy for small and medium sized enterprises: The relationship between mission statements and performance. *Sustainability*, 8(7). <https://doi.org/10.3390/su8070698>
- European Commission. (2017). *Annual Report on European SMEs 2016/2017*.

- Fernández-Viñé, M. B., Gómez-Navarro, T., & Capuz-Rizo, S. F. (2010). Eco-efficiency in the SMEs of Venezuela. Current status and future perspectives. *Journal of Cleaner Production*, 18(8), 736–746. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2009.12.005>
- Fleiter, T., Schleich, J., & Ravivanpong, P. (2012). Adoption of energy-efficiency measures in SMEs. An empirical analysis based on energy audit data from Germany. *Energy Policy*, 51, 863–875. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2012.09.041>
- Garay, L., & Font, X. (2012). Doing good to do well? Corporate social responsibility reasons, practices and impacts in small and medium accommodation enterprises. *International Journal of Hospitality Management*, 31(2), 329–337. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2011.04.013>
- Gomes, A., Florido, A., Borges, A., & Conde, F. (2021). *A importância do papel das PME, em Portugal, na conquista do desenvolvimento sustentável*. Associação Española de Contabilidad y Administración de Empresas.
- González-Benito, J., & González-Benito, Ó. (2006). A review of determinant factors of environmental proactivity. In *Business Strategy and the Environment*, 15(2), 87–102. <https://doi.org/10.1002/bse.450>
- GoParity. (2023). GoParity. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de <https://goparity.com/pt-pt>
- Gujamo, R. (2015). *Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas: um contributo para o Desenvolvimento Sustentável*. Mestrado em Estudos de Desenvolvimento. ISCTE. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10465>.
- Hahn, R., & Lülfs, R. (2014). Legitimizing Negative Aspects in GRI-Oriented Sustainability Reporting: A Qualitative Analysis of Corporate Disclosure Strategies. *Journal of Business Ethics*, 123(3), 401–420. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1801-4>
- Hillary, R. (2004). Environmental management systems and the smaller enterprise. *Journal of Cleaner Production*, 12(6), 561–569. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2003.08.006>
- Jenkins, H. (2004). A critique of conventional CSR theory: an SME perspective. *Journal of General Management*, 29(4). <https://doi.org/10.1177/030630700402900403>

- Jenkins, H. (2006). Small business champions for corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 67(3), 241–256. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9182-6>
- Jornal de Negócios*. (2023a). *Sustentabilidade 2030 – Regulamento*. <https://sustentabilidade.negocios.pt/regulamento/>
- Jornal de Negócios*. (2023b). *Prémio Sustentabilidade 2030 – Vencedores*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de <https://sustentabilidade.negocios.pt/vencedores/edicao-2022-23/>
- Kechiche, A., & Soparnot, R. (2012). CSR within SMEs: Literature Review. *International Business Research*, 5(7). <https://doi.org/10.5539/ibr.v5n7p97>
- Knight, H., Megicks, P., Agarwal, S., & Leenders, M. A. A. M. (2019). Firm resources and the development of environmental sustainability among small and medium-sized enterprises: Evidence from the Australian wine industry. *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 25–39. <https://doi.org/10.1002/bse.2178>
- Kok, L., Worpel, G., & Ten Wolde, A. (2013). *Unleashing the Power of the Circular Economy*. Report by IMSA Amsterdam for Circle Economy. Disponível em [http://www.imsa.nl/uploads/Unleashing\\_the\\_Power\\_of\\_the\\_Circular\\_Economy-Circle\\_Economy.pdf](http://www.imsa.nl/uploads/Unleashing_the_Power_of_the_Circular_Economy-Circle_Economy.pdf)
- Lepoutre, J., & Heene, A. (2006). Investigating the impact of firm size on small business social responsibility: A critical review. *Journal of Business Ethics*, 67(3), 257–273. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9183-5>
- Lepoutre, J., Justo, R., Terjesen, S., & Bosma, N. (2013). Designing a global standardized methodology for measuring social entrepreneurship activity: The Global Entrepreneurship Monitor social entrepreneurship study. *Small Business Economics*, 40(3), 693–714. <https://doi.org/10.1007/s11187-011-9398-4>
- Lopes, R. (2021). *A responsabilidade social e as pequenas e médias empresas: estudo bibliométrico*. Tese de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.
- Lozano, R., & Huisinigh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2–3), 99–107. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.01.004>

- Malesios, C., De, D., Moursellas, A., Dey, P. K., & Evangelinos, K. (2021). Sustainability performance analysis of small and medium sized enterprises: Criteria, methods and framework. *Socio-Economic Planning Sciences*, 75. Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2020.100993>
- Martins, A., Branco, M. C., Melo, P. N., & Machado, C. (2022). *Sustainability* in Small and Medium-Sized Enterprises: A Systematic Literature Review and Future Research Agenda. *Sustainability*, 14(11). <https://doi.org/10.3390/su14116493>
- Masocha, R. (2018). Does environmental sustainability impact innovation, ecological and social measures of firm performance of SMEs? Evidence from South Africa. *Sustainability*, 10(11). <https://doi.org/10.3390/su10113855>
- Molteni, M., & Todisco, A. (2007). Piccole e Medie Imprese e CSR. La CSR come leva di differenziazione. *CSR Manager Network Italia*. Acedido a partir de <https://www.sustainability-makers.it/wp-content/uploads/2015/12/piccole-e-medie-impres-e-csr.pdf>
- Moore, S. B., & Manring, S. L. (2009). Strategy development in small and medium sized enterprises for sustainability and increased value creation. *Journal of Cleaner Production*, 17(2), 276–282. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.06.004>
- Morsing, M., & Perrini, F. (2009). CSR in SMEs: do SMEs matter for the CSR agenda? *Business Ethics: A European Review*, 18(1), 1–6. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8608.2009.01544.x>
- Município de Palmela. (2023a). *Condecorações Municipais*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de [https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer\\_file/document/21433/merito.pdf](https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/21433/merito.pdf)
- Município de Palmela. (2023b). *Notícias*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de <https://www.cm-palmela.pt/viver/noticias/2021/noticia/semana-de-palmela-comprova-maior-investimento-de-sempre-na-freguesia>
- Musa, H., & Chinniah, M. (2016). Malaysian SMEs Development: Future and Challenges on Going Green. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 224, 254–262. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.457>

- Nicoara, C., & Kadile, V. (2023). Drivers and outcomes of CSR engagement in UK SMES. *Journal of Small Business Management*, 62(6), 2806–2846 <https://doi.org/10.1080/00472778.2023.2277274>
- Nygaard, S., Kokholm, A. R., & Huulgaard, R. D. (2022). Incorporating the sustainable development goals in small- to medium-sized enterprises. *Journal of Urban Ecology*, 8(1). <https://doi.org/10.1093/jue/juac022>
- Parsa, S., & Kouhy, R. (2008). Social reporting by companies listed on the alternative investment market. *Journal of Business Ethics*, 79(3), 345–360. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9402-8>
- Prémios Verdes. (2023). *Dourogás SGPS*. Acedido em 20 de novembro de 2023, a partir de <https://www.dourogassgps.pt/2022/06/13/dourogas-renovavel-venca-categoria-energias-verdes-dos-premios-verdes-visao-grupo-aguas-de-portugal>
- Preuss, L., & Perschke, J. (2010). Slipstreaming the larger boats: Social responsibility in medium-sized businesses. *Journal of Business Ethics*, 92(4), 531–551. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0171-4>
- Revell, A., Stokes, D., & Chen, H. (2010). Small businesses and the environment: Turning over a new leaf? *Business Strategy and the Environment*, 19(5), 273–288. <https://doi.org/10.1002/bse.628>
- Rizos, V., Behrens, A., van der Gaast, W., Hofman, E., Ioannou, A., Kafyeke, T., Flamos, A., Rinaldi, R., Papadelis, S., Hirschnitz-Garbers, M., & Topi, C. (2016). Implementation of circular economy business models by small and medium-sized enterprises (SMEs): Barriers and enablers. *Sustainability*, 8(11). <https://doi.org/10.3390/su8111212>
- Rodgers, P., Vershinina, N., Khan, Z., & Stokes, P. (2022). Small firms' non-market strategies in response to dysfunctional institutional settings of emerging markets. *International Business Review*, 31(4). <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2021.101891>
- Russo, A., & Perrini, F. (2010). Investigating stakeholder theory and social capital: CSR in large firms and SMEs. *Journal of Business Ethics*, 91(2), 207–221. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0079-z>
- Santos, M., Santos, M. J., Silva, J. L., & Pereira, E. (2007). *Responsabilidade Social nas PME*. Editora RH.

- Schaltegger, S., & Wagner, M. (2011). Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: Categories and interactions. *Business Strategy and the Environment*, 20(4), 222–237. <https://doi.org/10.1002/bse.682>
- Tang, Z., & Tang, J. (2012). Stakeholder–firm power difference, stakeholders’ CSR orientation, and SMEs’ environmental performance in China. *Journal of Business Venturing*, 27(4), 436–455. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2011.11.007>
- Tranquilidade. (2023). *Prémio Europeu de Sustentabilidade para PME*. Acedido em 16 de novembro de 2023, a partir de <https://tranquilidadepme.com/>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations.
- Vitas Portugal. (2023). *Quem somos nós?* Acedido em 16 de novembro de 2023, a partir de <https://www.vitas.pt/sobre-nos/>
- Vives, A. (2014). Social and Environmental Responsibility in Small and Medium Enterprises in Latin America. *Journal of Corporate Citizenship*, 2006(21), 39–50. <https://doi.org/10.9774/gleaf.4700.2006.sp.00006>
- Westley, F., & Vredenburg, H. (1991). Strategic Bridging: The Collaboration between Environmentalists and Business in the Marketing of Green Products. *Journal of Applied Behavioral Science*, 27(1), 65–90. <https://doi.org/10.1177/0021886391271004>
- Yin, R. (2001). *Estudos de caso - Planejamento e métodos* (2.<sup>a</sup> edição). Bookman.

*[This page is intentionally left blank]*